

CLIPPING IMPRESSO

10/07/2022



INDICE

1. JORNAL PEQUENO	
1.1. DECISÕES.....	1 - 8
1.2. DESEMBARGADOR.....	9

Drenagem de verba do orçamento secreto se concentra no MA e expõe estado em escândalo monumental com verba pública

PÁG.13 E 14

escândalo monumental com verba pública

Farra ilimitada

Drenagem de verba do orçamento secreto se concentra no MA e expõe estado em escândalo monumental com verba pública

Uma ampla reportagem da Revista Piauí, assinada pelo jornalista Breno Pires, e que circula neste fim de semana, expõe uma concentração imensa de volume de verbas do orçamento secreto no Maranhão. Chama a atenção que a drenagem de verba do orçamento secreto tenha se concentrado no Maranhão, porque a bancada do estado não tem peso político expressivo no Congresso, nem se sabe que “critérios técnicos” excepcionais os parlamentares maranhenses descobriram para atrair tanto dinheiro.

O Maranhão é o destino dos maiores valores do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, destinados ao custeio de atenção básica e do MAC, mas é também o campeão nacional de repasses de emendas do orçamento secreto em todas as áreas.

O volume e o método maranhenses sugerem a existência de uma coordenação central, uma organização voltada para administrar a operação. “A farra é ilimitada. Depois dos tratores e das escolas fakes, o orçamento secreto patrocina um festival de fraudes no SUS”, diz a manchete da ampla reportagem sobre o escândalo.

As cidades do Maranhão, sozinhas, estão recebendo mais recursos para a saúde do que o destinado a outras unidades da federação. Pela geografia financeira e política, o esquema é uma conexão direta entre Brasília e as cidades do interior do Maranhão. No nível municipal, montou-se uma máquina de exames e consultas fantasmas, listando serviços de saúde que as prefeituras, na verdade, jamais prestaram.

No plano municipal, tudo começou em Igarapé Grande. Em 2018, os atendimentos MAC na cidade estavam em 123 mil. No

ano seguinte, quando o orçamento secreto dava seus primeiríssimos passos em Brasília, explodiram para 761 mil. Só as consultas com especialistas bateram em 385 mil, o que dá uma média de 34 consultas por habitante, um padrão que supera o recorde mundial, estabelecido pela Coreia do Sul, onde a média anual chega a 17 consultas por habitante.

O sucesso de Igarapé Grande logo contagiou a vizinha Bernardo do Mearim. Na eleição municipal de novembro de 2020, os bernardenses elegeram Arlindo de Moura Júnior Xavier (PDT) para prefeito. Ele é irmão de Erlanio Xavier, o prefeito de Igarapé Grande, e Bernardo do Mearim aderiu ao esquema de imediato. Bela Vista recebeu, em 2021, 5,5 milhões de reais em verbas de emendas parlamentares para pagar exames e consultas com profissionais especializados, gastos que fazem parte da chamada atenção de “mídia e alta complexidade” – ou MAC, no jargão da saúde. É bastante dinheiro. É mais do que receberam as secretarias de saúde de onze capitais, entre elas Florianópolis, Natal, Vitória, Belém e Manaus.

Considerando que Bela Vista tem apenas 11,3 mil habitantes, os 5,5 milhões resultam numa média de 490 reais per capita – quantia muito superior à média nacional, de 20 reais por habitante. Há dois meses, a Revista Piauí começou a investigar o caso de Bela Vista para entender por que a cidade recebia tanto dinheiro e o sistema de saúde não apresentava melhora significativa. Examinando as planilhas com os valores destinados à cidade pelo Orçamento da União, a revista identificou que Bela Vista, mais uma vez, não é uma exceção. Outras cidades receberam verbas per capita até mais altas no ano

passado. No município de Afonso Cunha, por exemplo, o valor per capita passou de 520 reais. Igarapé Grande levou a medalha de ouro: 590 reais por habitante. Nenhuma outra cidade do Brasil, entre capitais ou interior, conseguiu tanto dinheiro per capita. Numa coincidência rara, todas essas cidades com altos valores per capita ficam no Maranhão, estado que concentra pouco mais de 3% da população brasileira. Dos 10 municípios recordistas, 9 são maranhenses.

Entre as 30 cidades brasileiras mais bem aquinhoadas por habitante, o Maranhão emplaca 23. Mais notável ainda é que a fatia do Maranhão nas verbas de saúde vem crescendo em ritmo acelerado. Em 2020, o estado ficou em sétimo lugar no ranking nacional. No ano passado, subiu para a quinta posição, atrás apenas de estados maiores: Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Agora, contabilizadas as liberações feitas até o mês de junho, o Maranhão está no topo. Em 2015, mediante uma mudança na Constituição que tornou obrigatório o pagamento das emendas orçamentárias individuais, os deputados e senadores passaram a ter o direito de mandar verbas da saúde para os municípios de sua escolha, mas com um limite: o valor das remessas não pode ser superior à quantia que o município informou ter gastado no ano anterior. Como então os parlamentares fazem emendas tão polpudas para cidades maranhenses?

Conferindo os dados do Departamento de Informática do SUS (Datasus), a Revista Piauí identificou que os municípios estão informando que seus gastos tiveram um salto de um ano para o outro, o que eleva o teto do que podem receber no ano seguinte.

Em 2019, São Raimundo das Mangabeiras, que fica na parte Sul do Maranhão, tinha um faturamento de 213,6 mil reais em assistência ambulatorial.

No ano seguinte, incluindo gastos hospitalares, o teto subiu para 4 milhões. São Bernardo, situada na divisa com o Piauí, pulou de 720 mil reais para 4,2 milhões. Santa Quitéria do Maranhão tinha um limite de 280 mil reais, que, no ano seguinte, disparou para 4,6 milhões.

Com dados tão inflados, as cidades do Maranhão, sozinhas, estão recebendo mais recursos para a saúde do que o destinado a outras unidades da federação. Bacabal, por exemplo, com seus 105 mil habitantes, ficou com 13 milhões de reais no ano passado, superando os 12,8 milhões de reais destinados ao Distrito Federal, cuja população passa de 3 milhões de pessoas. Pela geografia financeira e política, o esquema é uma conexão direta entre Brasília e as cidades do interior do Maranhão.

No nível municipal, montou-se uma máquina de exames e consultas fantasmas, listando serviços de saúde que as prefeituras, na verdade, jamais prestaram.

Uma parte das verbas – que em alguns casos pode chegar a até 30% do total dos recursos enviados às prefeituras – vira o que os corretores de propina em atividade no Congresso Nacional chamam de ‘volta’.

A ‘volta é a quantia de dinheiro que a prefeitura devolve ao parlamentar que assinou a emenda beneficiando o município. É uma propina paga com verba da saúde. “Ninguém fala porque é preciso ter provas concretas, mas a ‘volta’ é voz corrente no Congresso”, diz um deputado, que já ocupou altos postos de comando na Câmara. Às

vezes, a 'volta' faz parte do acordo desde o início. Outras vezes, a cobrança chega sem aviso prévio, na base da extorsão. O deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL-MA) é investigado pela Polícia Federal pelo uso de grupos armados na hora de extorquir prefeitos.

A existência da 'volta' explica por que há parlamentares que gostam tanto do orçamento secreto, pois a identidade do autor da emenda não é divulgada. É um plano engenhoso, que oferece recursos à farta e anonimato garantido.

COMEÇO EM IGARAPÉ GRANDE

No plano municipal, tudo começou em Igarapé Grande, uma pacata cidade de 11,5 mil habitantes na região central do Maranhão, situada a 300 km de São Luís. Em 2018, os atendimentos MAC na cidade estavam em 123 mil. No ano seguinte, quando o orçamento secreto dava seus primeiríssimos passos em Brasília, explodiram para 761 mil.

Só as consultas com especialistas bateram em 385 mil, o que dá uma média de 34 consultas por habitante, um padrão que supera o recorde mundial, estabelecido pela Coreia do Sul, onde a média anual chega a 17 consultas por habitante. Com a profusão de exames e consultas fantasmas, Igarapé Grande aumentou muito seu teto orçamentário e conseguiu atrair 3,9 milhões de reais do orçamento secreto em 2020. Nesse mesmo ano, voltou a inflar seus números. Chegou a informar que fez mais de 12,7 mil radiografias de dedo de mão – ficando atrás apenas de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Assim, em 2021, conseguiu ainda mais recursos do orçamento secreto: 6,7 milhões, o que lhe valeu a medalha de ouro no per capita nacional.

O sucesso de Igarapé Grande logo contagiou a vizinha Bernardo do Mearim. Na eleição municipal de novembro de 2020, os bernardenses elegeram Arlindo de Moura Júnior Xavier (PDT) para prefeito. Ele é irmão de Erlanio Xavier, o prefeito de Igarapé Grande, e Bernardo do Mearim aderiu ao esquema de imediato. De janeiro a outubro de 2020, a prefeitura registrara 2.240 consultas especializadas.

Nos dois últimos meses do ano, porém, já com Júnior Xavier eleito, as consultas dispararam para 235,6 mil, atingindo uma média exorbitante de 39 consultas por habitante no ano. Com isso, a prefeitura ampliou seu teto de gastos para 3 milhões de reais e, no ano seguinte, recebeu o teto. A parte mais significativa – 2,5 milhões – veio do orçamento secreto.

“Hoje nós temos ginecologista, mastologista, ortopedista, pediatra, fisioterapeuta, assistente social, fonoaudiólogo. Nós temos otorrino. Nós temos em torno de umas dezessete especialidades”, disse o secretário da Saúde, Francisco da Conceição Moraes, de 46 anos, na tarde de uma quinta-feira de junho. No mesmo dia, a Revista Piauí visitou o hospital municipal. Encontrou apenas um clínico geral. Por volta das 17 horas, a revista se preparava para visitar a Unidade Básica de Saúde quando foi informada de que as atividades já haviam sido encerradas.

OUTRAS CIDADES

Com o exemplo de Igarapé Grande e Bernardo do Mearim, outras cidades maranhenses tomaram o mesmo caminho. De 2018 para 2019, Bom Lugar, que nem tem hospital, aumentou em 1.300% seus procedimentos de alta e média complexidades. Paulo



No centro de saúde de Pedreiras (MA), a funcionária Conceição Benigno exhibe dentes extraídos. Segundo os números informados pela prefeitura, eis aí a cidade mais banguela do Brasil

Ramos também registrou aumento de 1.300%. De 2019 para 2020, a cidade de Luís Domingues saltou 39.000%. No município de Governador Luiz Rocha, foram 12.500%. Considerando o período que vai de 2019 a 2021, o esquema virou uma epidemia. Nesse período, 66 cidades maranhenses registraram, pelo menos uma vez, um aumento anual de 500% ou mais no número de procedimentos MAC. Trinta delas aumentaram mais de 1.000%.

A conexão entre Brasília e as prefeituras maranhenses opera com eficiência quase automática: no momento em que o novo limite sobe, o total das remessas sobre junto. Bacuri (18.700 habitantes) inflou seus gastos de 394 mil reais para 7,5 milhões no ano passado. Registrou tantas consultas com especialistas – 954 mil no total –, que cada habitante teve direito a uma consulta por semana. O fato é que o superfaturamento de dados em 2021 já rendeu seu prêmio nas

escândalo monumental com verba pública

liberações do orçamento secreto feitas em junho: caíram 7 milhões de reais na conta da prefeitura de Bacuri.

Em alguns casos, a conexão se dá por laços sanguíneos – e com a mesma eficiência. A prefeitura de Miranda do Norte registrou um aumento excepcional de atendimentos (de 95 mil para 1,1 milhão) em 2021. e elevou seu teto (de 1,1 milhão de reais para 10 milhões) para o ano seguinte. Na leva de liberações ocorridas em junho, a prefeitura gabaritou: recebeu 10 milhões de reais, acertando na mosca o novo limite. De certo modo, foi uma operação doméstica. Angélica (PL), prefeita de Miranda do Norte, é mãe do deputado federal Junior Lourenço (PL-MA), que, por sua vez, é um dos autores das emendas que chegaram aos 10 milhões.

SITUAÇÕES ESDRÚXULAS

O festival de verbas criou situações esdrúxulas. Pedreiras, que fica a cinco horas de São Luís e tem 39 mil habitantes, informou que, no decorrer de 2021, realizou 540,6 mil exodontias, o nome técnico da extração dentária. Para chegar a tanto, Pedreiras teria que ter arrancado catorze dentes de cada morador.

A roda não para: nos primeiros quatro meses deste ano, já foram mais 220,4 mil extrações – o que, feitas as contas, dá dezenove dentes extraídos por habitante, mais ou menos a metade da arcada dentária de todos os moradores. A prefeita Vanessa Maia (Solidariedade) é enfermeira de formação, usa aparelho dentário, tem um sorriso largo e, aparentemente, é uma exceção municipal: possui todos os dentes. Procurada para explicar por que administra a cidade mais banguela do país, a prefeita não respondeu

às ligações da Revista Piauí.

ENCONTRO DA FAMEM

No dia 24 de março, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, foi o convidado de honra em um encontro organizado pela Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), em São Luís. Entre os prefeitos, estava Erlanio Xavier (PDT), de Igarapé Grande, a pioneira em arrochar o orçamento secreto. Xavier comanda a Famem. Também estava Vanessa Maia, a prefeita da cidade banguela. Outro que compareceu foi Luciano Genésio (PP), prefeito de Pinheiro, que dois meses antes fora alvo de uma operação da Polícia Federal por desvio de verbas do SUS. (Os agentes investigam uma licitação de 38 milhões de reais em que a prefeitura contratou duas empresas – o Posto Kiefer e a Ingeo Ambiental – suspeitas de pertencer ao próprio prefeito e seu irmão, Lúcio André.).

A festa para receber Lira também contou com a presença de parlamentares que dão expediente em Brasília. Entre eles, estavam os senadores Roberto Rocha (PTB-MA) e Weverton Rocha (PDT-MA), um político bastante influente no circuito das prefeituras dos dados-fantasmas. Outro que estava presente é o deputado Juscelino Filho (União-MA), um parlamentar tão próximo de Lira que ganhou o cargo de relator do orçamento de 2021. O momento mais aguardado foi o discurso estupefacente de Lira: “Essa reunião aqui vai acontecer justamente para que a gente possa discutir um pouco com os prefeitos do Maranhão, para fazer essa interface que o Weverton sempre faz, que a gente tem que estar sempre se comunicando, sempre tem que estar aberto ao diálogo, sempre tem que estar

sensível às pautas e saber medir as ações, para que a Casa de Leis, que é o Congresso Nacional, tanto o Senado como a Câmara, possam acertar mais do que errar, contribuir mais do que atrapalhar”, disse. Mas contribuir com o quê? Lira respondeu: “Para que os prefeitos tenham mais capacidade de investimento na saúde, na educação, em todas as áreas estruturantes que a população mais carente sempre precisa”.

PACHECO EM IMPERATRIZ

Um mês antes, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que controla 5,5 bilhões de reais do Senado no orçamento secreto neste ano, teve um compromisso semelhante, em Imperatriz do Maranhão, a segunda maior cidade do estado. Estavam presentes o senador Weverton Rocha e o prefeito Erlanio Xavier.

A plateia não escondia a animação, porque o senador ia anunciar o envio de recursos federais para a cidade. Em um ano e quatro meses no comando do Senado, Pacheco pouco viajou para os estados.

A Revista Piauí perguntou a Pacheco por que o Maranhão ganhou tanta proeminência na distribuição dos recursos. “Os recursos destinados aos municípios levam em conta critérios definidos pelas bancadas dos respectivos estados. Na visita que fiz a Imperatriz, acompanhado pelos senadores maranhenses Weverton e Roberto Rocha, presenciei a necessidade e o compromisso feito de 7,5 milhões de reais para obras em comunidades carentes do município. Sobre os demais recursos, não tenho informações”, disse Pacheco.

WEVERTON EXIME-SE

O senador Weverton Rocha, indagado sobre a relevância do seu estado nas emendas, festejou: “Fico feliz de saber que houve aumento de repasses para o Maranhão, e acho que isso reflete um trabalho bem feito de todos os parlamentares em busca de recursos para o nosso estado que é muito pobre e precisa muito”, Informado sobre os números exorbitantes de atendimentos nos municípios, voltou a festejar – “se houve aumento de procedimentos também considero isso um dado positivo” – e eximiu-se: “Quem determina o teto do que cada município recebe é o Ministério da Saúde, que também é o responsável por fazer as aferições e validações do valor pago mensalmente”. Procurado, o deputado Arthur Lira não respondeu.

A ‘VOLTA’ E A OPERAÇÃO

A existência da ‘volta’ – o nome da propina do orçamento secreto – ganhou consistência pública no dia 11 de março passado, quando a Polícia Federal fez uma operação de busca e apreensão em três endereços de deputados do PL, o partido de Bolsonaro. Um deles era do deputado Josimar Maranhãozinho, aquele do bando armado que extorquiu prefeitos. Para obter a autorização do Supremo Tribunal Federal para a operação, o delegado Roberto Santos Costa descreveu o que investigava: uma “verdadeira organização criminosa voltada para a compra de emendas parlamentares destinadas às ações de saúde dos municípios maranhenses”.

CONTINUA NA PÁG. 14

escândalo monumental com verba pública

As suspeitas foram reforçadas em uma operação anterior, na qual os policiais acharam uma anotação manuscrita com indícios de que o deputado Bosco Costa, do PL de Sergipe, enviara 4,1 milhões de reais para a prefeitura de São José de Ribamar, e, em troca, cobrou propina de 25% sobre o total – pouco mais de 1 milhão de reais. A polícia localizara trocas de mensagens de WhatsApp em que Maranhãozinho pede a Costa seus dados bancários para fazer o depósito. Costa envia os dados da conta de sua mulher e, depois, Maranhãozinho manda o comprovante de um depósito de 40 mil reais. A polícia estranhou que um deputado do Sergipe estivesse mandando dinheiro para o Maranhão.

As investigações também encontraram suspeitas de que coube ao empresário Josival Cavalcante da Silva, conhecido como Pacovan, a tarefa de bater à porta da prefeitura de São José de Ribamar para cobrar a propina. Outro investigado é o comerciante João Batista Magalhães, cuja presença no caso remete às esferas mais altas do Congresso. Na época das mensagens e do depósito, Magalhães ocupava o cargo de assessor do líder do governo no Congresso, o senador Eduardo Gomes (PL), que, apesar de ser do Tocantins, mandou 30 milhões de reais para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), no Maranhão. Indagado sobre a razão do depósito em sua conta, o deputado Bosco Costa acionou seu advogado.

“Isso será apresentado no momento oportuno”, disse o advogado Mário Magalhães. Maranhãozinho não respondeu as mensagens da Revista Piauí. Na operação policial de março passado, os agentes encontraram 200 mil reais em dinheiro vivo na residência de João Batista Magalhães. Os achados reforçaram a convicção inicial do delegado Santos Costa, expressa ao STF: “Esse estado [refere-se ao Maranhão] pode ter se tornado um ‘paraíso’ para o desvio de emendas parlamentares”. O mais notável, porém, é que, para entender o enredo, a própria polícia teve dificuldades por uma razão: o orçamento secreto é secreto. A PF escreveu: “Apesar de aparentemente estarmos diante de emendas provenientes de um orçamento secreto, à luz da impossibilidade de delimitação da autoria até mesmo em consulta in loco aos sistemas do Ministério da Saúde [...], conversas encontradas no celular do deputado federal Josimar Maranhãozinho [tornaram] possível desvendar quem são os autores das emendas investigadas”.

“ELE SABE O CAMINHO DAS PEDRAS”

O prefeito Arquimedes Bacelar (PDT), de Afonso Cunha, cidade de 6,6 mil habitantes, se incomoda com a presença de repórteres. Assim que soube que a Revista Piauí estava na cidade para avaliar as ações na área da saúde, disse pelo telefone celular que não queria falar nada e perguntou qual “adversário político” estava por trás da visita. Mas sua irmã, Analídia Bacelar,

titular da Secretaria de Saúde, fez questão de contar como o município conseguiu 4,7 milhões de reais em 2021. “É garimpar, como a gente chama. É garimpar recursos. É buscar e ir pegar. É como se fosse buscar ouro. É fazer uma busca mesmo. Na hora certa, o orçamento abre”, disse. Quem faz esse trabalho, segundo ela, é o seu irmão. “Ele sabe o caminho das pedras.” Afonso Cunha informou ao SUS que fez 221,4 mil consultas com especialistas em 2020 – 33 por habitante. É uma centena de vezes mais do que o registrado no ano anterior. (Em 2021, subiu ainda mais: 356 mil consultas, chegando a uma média espetacular de 54 por habitante). Também informou que fez exatamente 11.391 ultrassonografias transvaginais, um exame preventivo que costuma ser feito anualmente. Dá seis exames transvaginais por ano para cada mulher com 15 anos ou mais. E informou ter feito exatamente 11 391 ultrassonografias de próstata via abdominal no ano – média de dezessete para cada homem com 40 anos ou mais. Em 2021, a prefeitura deu um número ainda maior e – mais uma vez – idêntico para os dois procedimentos: 18 474 transvaginais e 18 474 exames de próstata.

Na cidade de Paulo Ramos, o reduto eleitoral do deputado federal

AÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL

A suspeita de desvio de dinheiro na saúde já vem produzindo algumas batidas da Polícia Federal. Em abril passado, agentes federais miraram na Droga Rocha,

escândalo monumental com verba pública

uma fornecedora de insumos hospitalares e medicamentos sediada em Teresina, suspeita de desviar 8,5 milhões de reais da Prefeitura de Santa Inês, no nordeste do Maranhão. A polícia investiga a hipótese de que a Droga Rocha pagou propina ao prefeito de Santa Inês, conhecido como Felipe dos Pneus (Republicanos). Os investigadores descobriram que, entre agosto e novembro do ano passado, o prefeito recebeu 761 mil reais em depósitos feitos por uma empresa criada dois meses antes. Felipe dos Pneus chegou a ser afastado do cargo, mas já voltou.

Nos últimos anos, a Droga Rocha assinou contratos com mais de cinquenta prefeituras maranhenses, incluindo algumas que entraram no circuito de inflar consultas e exames. Uma delas é a Prefeitura de Coelho Neto, cujos atendimentos MAC subiram 573% de 2020 para 2021. Antes disso, em 2019, Coelho Neto assinou contrato de 5,9 milhões de reais com a Droga Rocha para fornecimento de medicamentos e material médico-hospitalar e odontológico. Miranda do Norte, cujos atendimentos saltaram quase 1.100% de um ano para o outro, também tem contrato com a Droga Rocha. São 2,2 milhões de reais para fornecer remédios.

CONTRATOS COM 97 PREFEITURAS DO MA

A Polícia Federal também investiga a Dimensão, uma distribuidora de medicamentos, sob suspeita de desvios na saúde. De 2020 em diante, a Dimensão fez contrato com 97 prefeituras do Maranhão, incluindo as do esquema

de consultas e exames inexistentes. Com Igarapé Grande, são contratos de 3,1 milhões de reais. Com Bela Vista, 1,3 milhão. Com Bernardo do Mearim, 780 mil. Santa Quitéria, 240 mil. Em Bom Jardim, a Dimensão, ao lado de outra empresa, a Distrimed Comércio e Representações, ganhou uma licitação de 11 milhões de reais na área da saúde. O então prefeito da cidade, Francisco Alves de Araújo (PSC), chegou a ser afastado do cargo pelo Tribunal de Justiça por irregularidades nessa mesma licitação. (A Distrimed é velha no ramo: já foi alvo de operação da Polícia Federal por desvio de recursos do SUS em 2012. Nos últimos três anos, fez contratos que somam 31,9 milhões de reais com trinta prefeituras maranhenses).

DE MÃOS ATADAS

O governo do Maranhão diz que fica de mãos atadas. “A Secretaria de Saúde só pode tomar a iniciativa de fiscalizar recursos estaduais”, diz o ex-secretário de Saúde Carlos Lula, que deixou o cargo em abril e hoje é pré-candidato a deputado estadual pelo PSB. “O que é recurso federal eu só posso fiscalizar a partir da solicitação do próprio Ministério da Saúde”. Diante dos valores despachados para os municípios do Maranhão, Carlos Lula recomenda uma providência. “É urgente colocar uma lupa na destinação desses recursos”, diz ele, que não gosta da ideia de ver parlamentares distribuindo recursos da saúde. “Uma hora um parlamentar vai colocar um tomógrafo e a cidade não tem condições de manter o maquinário. Esse tipo de coisa

leva ao desperdício porque o interesse do parlamentar é prover saúde para sua base eleitoral, mas a lógica do SUS não é municipal, é regional”.

FARRA MARANHENSE AJUDA A DEFORMAR O SUS

A farra maranhense patrocinada pelo orçamento secreto está ajudando a deformar o Sistema Único de Saúde, essa joia brasileira, criada na Constituição de 1988, sem a qual a pandemia de Covid no Brasil teria sido uma tragédia de dimensões ainda maiores do que foi. As verbas do SUS são definidas por gestores de saúde nos três níveis – municipal, estadual e federal – e levam em conta fatores demográficos, epidemiológicos e a capacidade instalada de cada cidade. Desse modo, cria-se um equilíbrio entre os quase 6 mil municípios brasileiros, evitando que uns recebam mais – ou menos – do que são capazes de administrar e gastar. A folia promovida pelos parlamentares desorganiza a distribuição dos recursos, sem falar das suspeitas de que parte das verbas acaba em bolsos privados.

Tanto que em 2020, no primeiro ano da pandemia, a maior emergência sanitária dos últimos cem anos, a saúde ficou com apenas 20% dos repasses do orçamento secreto. No ano seguinte, quando o Brasil passou pela fase mais dura da Covid, a saúde chegou a 46% das verbas. Mas só agora, já no período do pós-pandemia, quando a vacinação em massa reduziu enormemente as mortes e as emergências, o setor de saúde chegou a 90% das verbas. (BRÉNO PIRES - REVISTA PIAUI)



PETINHADAS

*** Meu amigo, como diz o humorista Mução, o “ESCANDELO” é grande!!! E esse aí das emendas secretas do orçamento não tem ‘parelha’!!! ‘A Lava Jato’ não chega aos pés!!! Com a dinheirama destinada para a saúde do Maranhão, era para o estado ter a qualidade de atendimento da Dinamarca!!! No entanto, infelizmente, está igual à África!!! Culpa do governo estadual????!!! Não!!! O esquema com o ‘coitado’ do nosso estado é protagonizado por representantes nossos, que levaram o Maranhão a servir de chacota em nível nacional!!! Em Pedreiras, metade da população

ficou banguela!!! O dinheiro que foi para Igarapé Grande (onde tudo começou), cidade administrada pelo presidente da Famem, Erlânio Xavier, braço direito do senador Weverton Rocha desde a campanha para o Senado em 2014, dava para proporcionar à população do município um atendimento de Incor!!! Resultado: foram atraídos para o Maranhão o TCU (Tribunal de Contas da União), Ministério Público Federal (MPF), Controladoria Geral da União (CGU), Procuradoria Geral da República...!!!

*** A farra ilimitada foi revelada pela Revista Piauí e reproduzida pelo blog O INFORMANTE (JP online)!!! Neste domingo, o JP publica grande parte da matéria produzida pela revista piauiense!!! O Colunação do Pêta, por sua vez, extraiu alguns trechos importantes da publicação, que promete render

muito!!!

*** Chama a atenção a quantidade de municípios administrados por prefeitos que apoiam o senador Weverton Rocha, pré-candidato ao governo do Maranhão!!! A começar por Igarapé Grande, que levou a medalha de ouro: 590 reais por habitante. Nenhuma outra cidade do Brasil, entre capitais ou interior, conseguiu tanto dinheiro per capita. “Numa coincidência rara, todas essas cidades com altos valores per capita ficam no Maranhão, estado que concentra pouco mais de 3% da população brasileira. Dos 10 municípios recordistas, 9 são maranhenses!!! Entre as 30 cidades brasileiras mais bem aquinhoadas por habitante, o Maranhão emplaca 23. Mais notável ainda é que a fatia do Maranhão nas verbas de saúde vem crescendo em ritmo acelerado. Pela geografia financeira e política, o esquema é

uma conexão direta entre Brasília e as cidades do interior do Maranhão. No nível municipal, montou-se uma máquina de exames e consultas fantasmas, listando serviços de saúde que as prefeituras, na verdade, jamais prestaram.

Em 2018, os atendimentos MAC em Igarapé Grande estavam em 123 mil. No ano seguinte, quando o orçamento secreto dava seus primeiríssimos passos em Brasília, explodiram para 761 mil.

O sucesso de Igarapé Grande logo contagiou a vizinha Bernardo do Mearim. Na eleição municipal de novembro de 2020, os bernardenses elegeram Arlindo de Moura Júnior Xavier (PDT) para prefeito. Ele é irmão de Erlanio Xavier, o prefeito de Igarapé Grande, e Bernardo do Mearim aderiu ao esquema de imediato”!!!

*** “Chama a atenção que a drenagem de verba do orçamento secreto tenha se concentrado no Maranhão porque a bancada do estado não tem peso político expressivo no Congresso, nem se sabe que “critérios técnicos” excepcionais os parlamentares maranhenses descobriram para atrair tanto dinheiro. O Maranhão é o destino dos maiores valores do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, destinados ao custeio de atenção básica e do MAC, mas é também o campeão nacional de repasses de emendas do orçamento secreto em todas as áreas. 918 milhões de reais em saúde que o Maranhão atraiu até agora são um feito e tanto. Deixa o estado atrás apenas de Minas Gerais, a unidade da federação com o maior número de municípios no país e na qual o senador Rodrigo Pacheco fez sua carreira política”!!!

*** “O volume e o método maranhenses sugerem a existência de uma coordenação central, uma organização voltada para administrar a operação. O senador Weverton Rocha, indagado sobre a relevância do seu estado nas emendas, festejou: “Fico feliz de saber que houve aumento de repasses para o Maranhão, e acho que isso reflete um trabalho bem-feito de todos os parlamentares em busca de

recursos para o nosso estado que é muito pobre e precisa muito”. Informado sobre os números exorbitantes de atendimentos nos municípios, voltou a festejar – “se houve aumento de procedimentos também considero isso um dado positivo” – e eximiu-se: “Quem determina o teto do que cada município recebe é o Ministério da Saúde, que também é o responsável por fazer as aferições e validações do valor pago mensalmente”!!!

*** “A suspeita de desvio de dinheiro na saúde já vem produzindo algumas batidas da Polícia Federal. Em abril passado, agentes federais miraram na Droga Rocha, uma fornecedora de insumos hospitalares e medicamentos sediada em Teresina, suspeita de desviar 8,5 milhões de reais da Prefeitura de Santa Inês, no nordeste do Maranhão. A polícia investiga a hipótese de que a Droga Rocha pagou propina ao prefeito de Santa Inês, conhecido como Felipe dos Pneus (Republicanos). Os investigadores descobriram que, entre agosto e novembro do ano passado, o prefeito recebeu 761 mil reais em depósitos feitos por uma empresa criada dois meses antes. Felipe dos Pneus chegou a ser afastado do cargo, mas já voltou”!!!

*** “Nos últimos anos, a Droga Rocha assinou contratos com mais de cinquenta prefeituras maranhenses, incluindo algumas que entraram no circuito de inflar consultas e exames. Uma delas é a Prefeitura de Coelho Neto, cujos atendimentos MAC subiram 573% de 2020 para 2021. Antes disso, em 2019, Coelho Neto assinou contrato de 5,9 milhões de reais com a Droga Rocha para fornecimento de medicamentos e material médico-hospitalar e odontológico. Miranda do Norte, cujos atendimentos saltaram quase 1.100% de um ano para o outro, também tem contrato com a Droga Rocha. São 2,2 milhões de reais para fornecer remédios”!!!

*** “A Polícia Federal também investiga a Dimensão, uma distribuidora de medicamentos, sob suspeita de desvios na saúde.

De 2020 em diante, a Dimensão fez contrato com 97 prefeituras do Maranhão, incluindo as do esquema de consultas e exames inexistentes. Com Igarapé Grande, são contratos de 3,1 milhões de reais. Com Bela Vista, 1,3 milhão. Com Bernardo do Mearim, 780 mil. Santa Quitéria, 240 mil. Em Bom Jardim, a Dimensão, ao lado de outra empresa, a Distrimed Comércio e Representações, ganhou uma licitação de 11 milhões de reais na área da saúde. O então prefeito da cidade, Francisco Alves de Araújo (PSC), chegou a ser afastado do cargo pelo Tribunal de Justiça por irregularidades nessa mesma licitação. (A Distrimed é velha no ramo: já foi alvo de operação da Polícia Federal por desvio de recursos do SUS em 2012. Nos últimos três anos, fez contratos que somam 31,9 milhões de reais com trinta prefeituras maranhenses)!!!

*** “A farra maranhense patrocinada pelo orçamento secreto está ajudando a deformar o Sistema Único de Saúde, essa joia brasileira, criada na Constituição de 1988, sem a qual a pandemia de Covid no Brasil teria sido uma tragédia de dimensões ainda maiores do que foi. As verbas do SUS são definidas por gestores de saúde nos três níveis – municipal, estadual e federal – e levam em conta fatores demográficos, epidemiológicos e a capacidade instalada de cada cidade. Desse modo, cria-se um equilíbrio entre os quase 6 mil municípios brasileiros, evitando que uns recebam mais – ou menos – do que são capazes de administrar e gastar. A folia promovida pelos parlamentares desorganiza a distribuição dos recursos, sem falar das suspeitas de que parte das verbas acaba em bolsos privados”!!!

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão / jose.luiz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com



O processo penal e a tirania da urgência

Não é incomum que o julgador, diante de uma ocorrência criminosa, se depare com um conflito aterrorizador, às vezes quase sufocante, qual seja, uma cobrança acerba da sociedade por uma solução urgente, como se uma verdade factual pudesse ser construída num passe de mágica.

Nos dias atuais, como todos já constatamos, vivendo sob os auspícios da tirania da urgência, e do desejo quase incontrolável de que as coisas aconteçam, como se não houvesse amanhã, há os que supõem que, para ser boa, a justiça tem que ser expressa, como se o acusado não fosse merecedor das garantias constitucionais, próprias do devido processo legal.

Penso diferente, pois justiça boa é aquela que decorre de um processo maturado e cuja cognição seja responsável, pois os excessos que decorrem da pressa em julgar - para atender, por exemplo, aos apelos midiáticos - podem, sim, com muita probabilidade, degradar, abespinhar os direitos do homem que se submete a um processo criminal. Nesse cenário, os que se deixam levar pelas pressões externas, sem ter em conta que um processo, pelos valores que encerra, são feitos para demorar (demora razoável, claro), serão levados a estabelecer - e não raro acontece mesmo! - uma confusão deletéria e perigosa diante do objeto cognoscível, fruto de uma natural confusão mental entre evidência e verdade, que podem conduzir o julgador ao cometimento de graves erros judiciários, muitos dos quais reparados a destempo, com ampla e danosa repercussão midiática.

Tentarei ser mais claro.

Há "verdades factuais" que, só na aparência, são verdades que autorizam uma decisão condenatória, a exigir dos agentes da persecução maior esmero, que recomenda a

não pressa, o não açoitamento, para evitar, na medida do possível, injustiças que podem ser irreparáveis.

Nesse sentido, é preciso prudência, calma, esmero, dedicação, respeito às garantias individuais, para que, por exemplo, não se estabeleça, como anotei acima, uma perigosa confusão entre evidência e verdade, pois que nem toda evidência (no sentido de algo que se destaca, que chama a atenção do circundante) pode se traduzir, ao fim e ao cabo, em uma verdade.

Uma pessoa presa em flagrante de posse da res furtiva, logo após um assalto, pode levar o julgador a uma percepção falsa de estar diante do autor do fato, o que nem sempre se revela após a produção da prova, se essa se perfaz sem a ditadura da urgência e com a observância das franquias constitucionais do acusado.

Um exemplo para ilustrar.

Quando magistrado de primeiro grau, deparei-me com um cidadão preso em flagrante com o produto do roubo; evidência que levou o MP a denunciá-lo.

Ocorreu, entretantes, que, com a instrução, ficou provado que o presumível autor do fato estava numa parada de ônibus, quando o verdadeiro roubador, fugindo de um flagrante, jogou a res furtiva próximo a ele, que, curioso, tratou de ver do que se tratava, tendo sido preso em flagrante nessa hora.

Com a instrução, realizada com a observância das garantias legais, sem pressa e responsabilmente, tudo se esclareceu.

É dizer: havia uma evidência de ter sido denunciado o autor do crime, sem sê-lo, no entanto. Tratava-se, pois, de uma evidência que, no entanto, não se confirmou com a instrução.

A conclusão a que chego é que uma evidência não basta para a afirmação da

verdade, ainda que haja uma proximidade fortíssima entre uma e outra, pois a verdade precisa ser construída num processo, com o asseguramento das garantias constitucionais do acusado, sem o que ela não se desgarraria da evidência e do seu caráter alucinatório.

A questão nuclear que importa para essas reflexões é que a verdade deve ser construída em um processo; processo que deve ser conduzido sem açoitamento, responsabilmente, pois que as dúvidas, mínimas que sejam, devem ser decididas em favor do réu, ainda que a sociedade, indignada, reaja, vocifere e não compreenda o papel de um julgador.

Somente o processo, onde se materializam as garantias do acusado, é capaz de corrigir o caráter alucinatório da evidência, que, para se transmutar em verdade, deve passar, sim, por um filtro de amadurecimento, sem limites para o exercício da ampla defesa, pois somente assim podemos impor freio ao arbítrio do Estado.

Agir de modo reverso, valendo-se da fragilidade do destinatário da lei penal, para penalizá-lo a todo custo, visando dar uma satisfação à sociedade, resulta, muitas vezes, em abespinhamento dos seus direitos individuais, a pretexto de uma eficácia duvidosa, que valoriza a tirania da urgência, mas que se faz à luz de um juízo de cognição irracional.

Não se pode, a pretexto de fazer justiça, banalizar a excepcionalidade, dar vazão a tirania da urgência, sabido que o processo, para ser justo, não pode ser conduzido em detrimento do acusado, devendo ao reverso, estar a serviço da máxima eficácia do sistema de garantias constitucionais, prestando o magistrado condutor do feito inexcedível vassalagem aos cânones constitucionais. É isso.